



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XIII — N.º 98

DISTRITO FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 12 DE AGOSTO DE 1958

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais:

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3.º, da Constituição Federal e do art. 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas a realizarem-se nos dias 28 do mês em curso e 3 e 4 de setembro próximo às 14 horas, no Palácio da Câmara dos Deputados, conhecerem dos vetos presidenciais aos projetos abaixo relacionados:

Dia 28 de agosto:

Projeto de Lei (n.º 2.234, de 1957, na Câmara dos Deputados e n.º 84, de 1958, no Senado Federal) que cria o Fundo Portuário Nacional e Taxa de Melhoramentos dos Portos e dá outras providências.

Dia 2 de setembro:

Projeto de Lei (n.º 916, de 1956, na Câmara dos Deputados e n.º 102, de 1958 no Senado Federal) que estende aos contínuos e serventes dos

órgãos autárquicos e paraestatais da União, assim também compreendidas as Estradas de Ferro e Empresas de Navegação incorporadas ao Patrimônio da União e do Serviço Público Federal as disposições dos arts. 1.º e 3.º da Lei n.º 1.721, de 4 de novembro de 1952.

Dia 4 de setembro:

Projeto de Lei (n.º 476, de 1955, na Câmara dos Deputados e n.º 191, de 1956, no Senado Federal) que dispõe sobre o Código do Ministério Público do Distrito Federal e dá outras providências.

Senado Federal, em 7 de agosto de 1958.

Senador FREITAS CAVALCANTI

2.º Secretário, no exercício da Presidência

SENADO FEDERAL

Mesa

Presidente — João Goulart (Vice-Presidente da República).

Vice-Presidente — Senador Apolônio Salles.

1.º Secretário — Senador Cunha Mello.

2.º Secretário — Senador Freitas Cavalcanti.

3.º Secretário — Senador Victorino Freire.

4.º Secretário — Senador Domingos Velasco.

1.º Suplente — Senador Mathias Olympio.

2.º Suplente — Senador Prisco dos Santos.

Líderes e Vice-Líderes Da Maioria

Líder: Filinto Müller.

Vice-Líderes:

Gaspar Veloso.

Lima Guimarães.

Gilberto Marinho.

Lameira Bittencourt.

Da Minoria

Líder: João Villasboas.

Vice-Líder: Rui Palmeira.

Dos Partidos

DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO

Líder: Filinto Müller.

Vice-Líder: Lameira Bittencourt.

DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Líder: Lima Guimarães.

Vice-Líderes:

Mourão Vieira.

Saldo Ramos.

DA UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL

Líder: João Villasboas.

Vice-Líder: Rui Palmeira.

DO PARTIDO REPUBLICANO

Líder: Atílio Vivacqua.

DO PARTIDO SOCIAL

PROGRESSISTA

Líder: Kerginaldo Cavalcanti.

Vice-Líder: Lino de Mattos.

DO PARTIDO LIBERTADOR

Líder: Novalis Filho.

Comissão Diretora

Apolônio Salles — Presidente.

Cunha Mello.

Freitas Cavalcanti.

Victorino Freire.

Domingos Velasco.

Mathias Olympio.

Prisco dos Santos.

Secretário: Lutz Nabuco (Diretor Geral da Secretaria).

Comissão de Constituição e Justiça

Lourival Fontes — Presidente.

Daniel Krieger — Vice-Presidente (1).

Gilberto Marinho.

Benedito Valadares.

Gaspar Veloso.

Ruy Carneiro (2).

Argemiro de Figueiredo.

Lima Guimarães.

Rui Palmeira.

Atílio Vivacqua.

Lineu Prestes.

(1) Substituído temporariamente pelo Senador João Villasboas.

(2) Substituído temporariamente pelo Senador Lameira Bittencourt.

Secretário — Odenegus Gonçalves Leite.

Reuniões — Quartas-feiras, às 10,00 horas.

Comissão de Economia

Carlos Lindenberg — Presidente (1).

Fernandes Távora — Vice-Presidente.

Alô Guimarães (2).

Mendonça Clarkk.

Lima Teixeira (3).

Alencastro Guimarães.
Argemiro de Figueiredo.
Juracy Magalhães.
Líneu Prestes.

- (1) Lameira Bittencourt.
(2) Gilberto Marinho.
(3) Lima Guimarães.

Secretária: Ily Rodrigues Alves.

Reuniões — Terças-feiras, às 15 horas.

Comissão de Educação e Cultura

Mourão Vieira — Presidente.
Públio de Mello — Vice-Presidente.
Nelson Firmo.

Mem de Sá.

Saulo Ramos.

Ezechias da Rocha.

Reginaldo Fernandes.

Secretário: Diva Gallotti.

Reuniões — Sextas-feiras, às 10,30 horas.

Comissão de Finanças

Alvaro Adolpho — Presidente.
Vivaldo Lima — Vice-Presidente.
Lameira Bittencourt.
Ary Vianna.

Lima Guimarães.

Onofre Gomes (1).

Raulo Fernandes.

Carlos Lindenberg.

Mathias Olympio.

Fausto Cabral.

Daniel Krieger (2).

Juracy Magalhães.

Júlio Leite.

Othon Mäder.

Lino de Mattos.

Novais Filho.

Aura Moura Andrade.

Suplentes

Gaspar Velloso.

Otacílio Jurema.

Mourão Vieira.

Atílio Vivacqua.

Líneu Prestes.

Mem de Sá.

(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Francisco Gallotti.

(2) Substituído temporariamente pelo Sr. Rui Palmeira.

Secretário: Renato de Almeida Chermont.

Reuniões — Sexta-feira, às 10,30 horas.

Comissão de Redação

1 — Ezechias da Rocha — Presidente (*).

2 — Sebastião Archer — Vice-Presidente.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

MAURO MONTEIRO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 50,00
Ano Cr\$ 96,00

Exterior

Ano Cr\$ 136,00

FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 23,00
Ano Cr\$ 76,00

Exterior

Ano Cr\$ 108,00

— As assinaturas, feitas em qualquer época, poderão ser semestrais, com exceção das do exterior, que serão sempre anuais.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

3 — Públio de Mello.

4 — Rui Palmeira.

5 — Saulo Ramos (***).

(*) Substituído, interinamente, pelo Senador Ribalto Casado.

(**) Substituído, interinamente, pelo Senador Francisco Gallotti.

(***) Substituído, interinamente, pelo Senador Mourão Vieira.

Secretária — Cecília de Rezende Martins.

Reuniões — Terças-feiras às 15 horas.

Comissão de Relações Exteriores

João Villasboas — Presidente.

Bernardes Filho — Vice-Presidente.

Georgino Avelino.

Gilberto Marinho.

Benedito Valadares.

Lourival Fontes.

Gomes de Oliveira.

Rui Palmeira.

Moura Andrade.

Secretário: J. B. Castelo Branco.

Reuniões — Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Saúde Pública

Reginaldo Fernandes — Presidente

Alô Guimarães — Vice-Presidente.

Pedro Ludovico.

Ezechias da Rocha.

Vivaldo Lima.

Secretária: Diva Gallotti.

Reuniões — Quartas-feiras, às 15 horas.

Comissão de Legislação Social

Lima Teixeira — Presidente (1).

Ruy Carneiro — Vice-Presidente.

Lameira Bittencourt.

Primio Beck.

Lino de Mattos.

Waldemar Santos.

Sylvio Curvo.

João Arruda.

Arlindo Rodrigues.

(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Gomes de Oliveira.

Secretário — Pedro de Carvalho Müller.

Reuniões — Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Segurança Nacional

Onofre Gomes — Presidente.

Caetano de Castro — Vice-Presidente.

Pedro Ludovico.

Moreira Filho.

Sá Tinoco.

Alencastro Guimarães.

Sylvio Curvo (1).

Jorge Maynard.

(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Mario Motta.

Secretária: Romilda Duarte.

Reuniões — Quartas-feiras, às 17 horas.

Comissão de Serviço Público Civil

Prisco dos Santos — Presidente.

Gilberto Marinho — Vice-Presidente.

Arl Vianna.

Nelson Firmo.

Caetano de Castro.

Neves da Rocha.

Mem de Sá.

Secretária: Ily Rodrigues Alves.

Reuniões — Quintas-feiras, às 10 horas.

Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

Jorge Maynard — Presidente.

Neves da Rocha — Vice-Presidente.

Waldemar Santos.

Cohimbra Bueno.

Secretária: Maria Cherubina Costa.

Novais Filho (1).

(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Francisco Gallotti.

Reuniões — Quartas-feiras, às 10 horas.

Comissões Especiais

Comissão de Revisão do Código de Processo Civil

João Villasboas — Presidente.

Georgino Avelino — Vice-Presidente.

Atílio Vivacqua — Relator.

Filinto Müller.

Secretário: José da Silva Lisboa.

Reuniões — Quartas-feiras.

Comissão Especial incumbida de elaborar os Projetos do Código Eleitoral e do Código Partidário.

João Villasboas — Presidente.

Mem de Sá — Vice-Presidente.

Gaspar Velloso — Relator do Projeto do Código Eleitoral.

Gomes de Oliveira — Relator do Projeto do Código Partidário.

Lameira Bittencourt.

Francisco Arruda — Secretário.

Comissão de Muuanga da Capital

Coimbra Bueno — Presidente.

Paulo Fernandes — Vice-Presidente.

Atílio Vivacqua — Relator.

Alberto Pasqualini (1).

Lino de Mattos.

(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Primo Beck.
Reuniões — Quintas-feiras.
Secretário: Sebastião Volga.

Comissão de Consolidação das Leis do Trabalho

Senadores

Lima Teixeira — Presidente.
Ruy Carneiro.
Argemiro de Figueiredo.
Kerginaldo Cavalcanti.
Othon Mäder.
Ernani Sátiro — Vice-Presidente.
Aarão Steinbruch — Relator Geral.
Lino Dutra.
Jefferson Aguiar.
Cunha Mello — Presidente.
Moura Fernandes.
Hugo Leite.
Sílvio Sanson.
Lourival de Almeida.
Raimundo Brito.

Comissão Especial do Vale do Rio Doce

1 — Benedito Valadares — Presidente.
2 — Othon Mäder — Vice-Presidente.
3 — Atílio Vivacqua.
4 — Jorge Maynard.
5 — Lima Teixeira.

Secretária: Cecília de Rezende Martins.

Comissão de Reforma Constitucional para emitir parecer sobre Projeto de Reforma Constitucional n. 1, de 1956, que altera a Emenda Constitucional n. 2.

Atílio Vivacqua — Presidente.
Lima Guimarães — Vice-Presidente.
Gilberto Marinho.
Ruy Carneiro.
Saulo Ramos.
Gaspar Velloso.
Lourival Fontes.
Calado de Castro.
Argemiro de Figueiredo.
Alvaro Adolpho.
Alô Guimarães.
Mem de Sá.
João Villasboas.
Daniel Krieger.
Sé Tinoco.
Lino de Matos.

Comissão Mista de Reforma Administrativa

Horácio Lafer — Presidente.
Gomes de Oliveira — Vice-Presidente.
Gustavo Capanema — Relator.
Afonso Arinos — Relator.
Bíac Pinto.
Baltista Ramos.
Arnaldo Cerdeira.
Filinto Müller.
Ary Vianna.
Cunha Mello.
Colimbra Bueno.
Juracy Magalhães.
Bernardes Filho.
Secretários: Lazary Guedes e José da Silva Lisboa.

ATA DA 89.ª SESSÃO DA 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 3.ª LEGISLATURA, EM 11 DE AGOSTO DE 1958

PRESIDÊNCIA DO SR. CUNHA MELLO

Sumário

DISCURSOS PROFERIDOS

Senador Domingos Vellasco: Os trabalhos da 47.ª Conferência Interparlamentar.
Senador Públio de Mello: Aniversário dos Cursos Jurídicos.
Senador Francisco Gullotti: Censura ao pronunciamento de um deputado estadual de Minas Gerais sobre a morte do Senador Nereu Ramos.
Senador Freitas Cavalcanti: Congratulações com o Rádio Jornal do Brasil.

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Mourão Vieira — Cunha Mello — Prisco dos Santos — Lameira Bittencourt — Victorino Freire — Públio de Mello — Waldemar Santos — Mathias Olympio — Onofre Gomes — Fernandês Távora — Georgino Avelino — Reginaldo Fernandes — Abelardo Jurema — Ribeiro Casado — Freitas Cavalcanti — Rui Palmeira — Jorge Maynard — Lourival Fontes — Neves da Rocha — Juracy Magalhães — Lima Teixeira — Moreira Filho — Alencastro Guimarães — Calado de Castro — Gilberto Marinho — Bernardes Filho — Benedito Valadares — Lino de Mattos — Domingos Vellasco — Colimbra Bueno — Pedro Ludovico — Mário Motta — João Villasboas — Filinto Müller — Othon Mäder — Gaspar Velloso — Alô Guimarães — Francisco Gullotti — Saulo Ramos — Primo Beck. — Mem de Sá.

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 41 Srs. Senadores. Havendo número legal, está aberta a sessão.

Val ser lida a ata.

O Sr. Abelardo Jurema, servindo de segundo Secretário, procede à leitura da ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O Sr. segundo Secretário, servindo de primeiro, dá conta do seguinte

Expediente

AVISO

Do Sr. Ministro da Agricultura, n.º 633, nos seguintes termos:

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA GM. 633

Rio de Janeiro, D.F. em 8-8-58.

Senhor Primeiro Secretário: Tenho a honra de transmitir a Vossa Excelência as informações, em anexo, com as quais esta Secretaria de Estado atende à solicitação contida no Requerimento n.º 275-58, de autoria do nobre Senador Lino de Mattos, e encaminhado a este Ministério pelo ofício n.º 391, de 1.º de julho último, dessa Casa.

Aproveito a oportunidade para reter a Vossa Excelência os meus protestos de elevada estima e distinta consideração. — Paulo Prôças da Cruz, Ministro Int. da Agricultura.

INFORMAÇÕES PRESTADAS PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA A CAMARA DOS DEPUTADOS EM FACE DO REQUERIMENTO N.º 275-58 DE AUTORIA DO NOBRE SENADOR LINO DE MATTOS

1.ª) Quanto a providência tomada, a fim de que a verba orçamentária de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) destinada à continuação das obras do Posto de Mecanização da Lavoura de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, seja liberada para a sua efetiva aplicação nas obras referidas?

R. — A dotação de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), correspondente à verba M.A. — D.N.P.V. — 3.1.03 — 25 São Paulo — 10, está liberada. Sua distribuição é efetuada por trimestre; já foram entregues as cotas relativas ao 1.º e ao 2.º trimestres, cada uma na importância de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros), em decorrência das providências tomadas pelo Departamento Nacional da Produção Vegetal e pela Divisão do Orçamento, deste Ministério.

2.ª) O Ministério da Agricultura já diligenciou a fim de que se efetive o convênio, com a Prefeitura Municipal de Itapira para a aplicação da verba orçamentária de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) destinada à Patrulha Agrícola daquela cidade paulista?

R. — No corrente exercício, não será possível a instalação da Patrulha Agrícola Mecanizada de Itapira, por ter sido a dotação correspondente — M.A. — D.N.P.V. — 3.1.03 — 25. São Paulo — 13 — incluída no "Plano de Economia". Por conseguinte, não poderá esta Secretaria de Estado providenciar o convênio com a Prefeitura Municipal de Itapira. Cumpre, ainda, esclarecer que este Ministério não dispõe de verbas que possam ser concedidas para compensar qualquer liberação que se faça a esta altura do exercício financeiro.

Ao Requerente.

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a leitura do expediente.

Tem a palavra o nobre Senador Domingos Vellasco, por cassão do nobre Senador Abelardo Jurema, inscrito em primeiro lugar.

O SR. DOMINGOS VELLASCO:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, ultimados os trabalhos da 47.ª Conferência Interparlamentar, verifico que unânimes foram os aplausos da Imprensa do Brasil e do estrangeiro, e das Delegações que nos honraram com sua presença, à maneira pela qual se organizou tecnicamente a Reunião e à forma por que o Grupo Brasileiro recebeu os ilustres hóspedes.

Agradeço, antes do mais, aos Funcionários do Senado que colaboraram conosco na organização da Conferência e nos seus trabalhos.

Refiro-me, sobretudo, aos servidores, da Portaria.

Cumpra ainda ressaltar os nomes das Sras. Ninon Borges Seal, organizadora do programa das senhoras; Adélia Leite Coelho, organizadora das recepções, que o Congresso Nacional, através do Grupo Brasileiro, ofereceu no Hotel Gloria e no Iate Clube; dos Srs. Philadelpho Seal, responsável pelos serviços de recepção e hospedagem dos Delegados; Alcino Pereira Abreu Filho, que se incumbiu de todo o serviço de impressão dos documentos da Conferência e do Sr. Joaquim Santos, da Portaria, que esteve, realmente, muito atento durante o preparo e a sequência dos trabalhos.

Feitos esses agradecimentos aos funcionários do Senado, que tanto concorreram para o brilhantismo da Conferência Inter-Parlamentar, quero, nesta oportunidade, responder as críticas que me foram dirigidas por pessoas mal informadas. A primeira dessas críticas foi feita às providências antecipadas, para ser evitada a distribuição de quaisquer papéis ofensivos a alguma Delegação. Essa determinação partiu da direção do Grupo Brasileiro. Não foi minha.

No primeiro dia da Conferência, procurem-me pessoas que desejavam distribuir, através do serviço do Grupo Brasileiro, um documento da República Árabe Unida, o qual considerei ofensivo às Delegações dos Estados Unidos da América do Norte e da Inglaterra. A funcionária encarregada da distribuição desses documentos recusou-se a fazê-lo.

Apoiou essa decisão da funcionária e expliquei aos cavalheiros que teriam dois caminhos a seguir: o primeiro, seria a via postal, pela qual receberíamos os envelopes selados e fechados e faríamos a distribuição; o segundo, seria mandarmos o documento para os hotéis que hospedavam as delegações, para o que forneceríamos todos os endereços.

Não era possível que a distribuição de papéis como os em causa ficasse a cargo do serviço interno do grupo brasileiro.

Não foi a esmo. Sr. Presidente, que tomamos tal providência; não desejávamos que a Conferência fosse empanada com o menor protesto de qualquer Delegação contra a distribuição de documentos, como aconteceu na Conferência de Londres.

Pessoalmente recebi vários documentos, inclusive um que se encontra aqui na bancada, pedindo que manifestasse aos dirigentes de várias Delegações uma série de queixas que consideravam justas. Não seria possível, entretanto, criar-se o ambiente de cordialidade que reinou na Conferência, se o Grupo Brasileiro pela sua direção deixasse de adotar o procedimento que relatei.

Fui acusado, inclusive, de estar exercendo censura na correspondência dos Delegados, quando simplesmente evitei que o Grupo Brasileiro se tornasse veículo de ofensas a qualquer Delegação. Forneci os elementos para encaminhamento aos Delegados, através da via postal ou dos endereços dos hotéis, dos documentos dos quais se queria tomassem conhecimento.

Creio, Sr. Presidente, que essa orientação foi inteiramente apoiada pelos dirigentes do Grupo Brasileiro, como também pela direção da União Interparlamentar. No dia seguinte, surgiu documento ainda mais insultuoso à Delegação da União Soviética e, da mesma forma, recusei-me a distribuí-lo, através do aparelhamento do Grupo Brasileiro.

Esse senhor, que me foi levar tais documentos, declarou que iria apresentar queixa à direção da União Inter-parlamentar; contudo, esta, pelo seu Presidente e seu Secretário Geral, concordaram integralmente com a ação do Grupo Brasileiro.

Outra censura que recebi de pessoas mal informadas é a de que eu teria procurado o Presidente da Conferência para manifestar-lhe o meu desagrado pela inexistência do noticiário fornecido pelo Bureau de Imprensa do Grupo Brasileiro. Não é verdade. A verdade é que tendo o Presidente da Conferência, Deputado Rauler Mazzili, me informado que fora procurado por alguém que reclamava contra a inexistência das notícias for-

decidas pelo Bureau de Imprensa, incumbi-me tão somente de transmitir ao responsável por aquele serviço o protesto veiculado pelo Presidente Ranieri Mazzili. Pessoalmente não recebi queixas de quem quer que seja contra a atuação desse setor. Se as recebesse, te-las-ia comunicado ao chefe do Bureau de Imprensa, que estava submetido não à Presidência da Conferência Interparlamentar, mas à direção do Grupo Brasileiro.

Alegrou-se também, Sr. Presidente, que eu apoiava a formação do grupo regional latino-americano e me manifestara contrário à formação do grupo regional panamericano. Ora, foi precisamente o inverso disso o que aconteceu. Apoiel, *ad referendum* do Grupo Brasileiro, a constituição do grupo regional panamericano; mas, tendo sido procurado por vários delegados da Argentina, do Chile, do Peru, que me manifestaram o desejo de formar também o grupo latino-americano, declarei-lhes que nós, do Grupo Brasileiro, como anfitriões da Conferência, não poderíamos pensar na organização de um grupo regional, excluindo a delegação dos Estados Unidos, também nossa convidada. Na reunião dos delegados americanos, com a presença dos Estados Unidos, apoiel a sugestão apresentada pelo Deputado Prado Kelly, que concorreu com o item apresentado pela Delegação Argentina, pela qual o Grupo Brasileiro, que ficava encarregado da formação do bloco panamericano, também propiciasse, se fosse da sua vontade, a criação do grupo latino-americano. Apoiel o Deputado Prado Kelly, e todos os delegados presentes, com exceção de dois, votamos a favor da sugestão da Argentina, emendada pelo Deputado Prado Kelly. Estava presente, se não me falha a memória, o Senador Fernandes Távora, que também votou da mesma forma que eu.

Outro assunto, Sr. Presidente, que recebi críticas da imprensa, foi o fato de eu ter sido nominalmente citado pelo chefe da Delegação Soviética, que elogiou a organização da Conferência, a maneira cordial com que foram tratados.

Os mesmos jornais que me atribuíram atitudes de cobertura da Delegação Soviética deixaram de publicar discursos de agradecimento pronunciados, na mesma sessão, pelos delegados do Canadá, do Paraguai, da Espanha e do Peru pelas atenções que haviam recebido. Posteriormente, Sr. Presidente, foram-me dirigidas cartas dos Chefes das Delegações do Canadá e dos Estados Unidos demonstrando gratidão a mim e à minha esposa pelas gentilezas que lhes foram dispensadas. Ainda, neste instante, tenho em mãos uma mensagem do Chefe da Delegação Espanhola que diz o seguinte:

"Meu ilustre e querido amigo.

Não sei como agradecer as muitas atenções que você e o grupo brasileiro tiveram com todos os delegados e muito especialmente conosco, durante nossa estada no Rio de Janeiro. Fico-lhe muito grato por tudo e coloco-me às suas ordens esperando poder servi-lo em qualquer ocasião.

Seu afetuosíssimo amigo — Manuel Fraga Iribarne".

Trata-se, Sr. Presidente, do Chefe da Delegação Espanhola, ponto oposto da Delegação Soviética na Conferência. Recebi de todos os presentes as mesmas demonstrações de agradecimento, pedindo-me as transmitisse aos membros do Grupo Brasileiro.

Certo, portanto, que não fiz senão cumprir um dever de anfitrião que devia dispensar igual tratamento a

todas as Delegações, sem consideração de termos ou não com elas relações diplomáticas. Essa a atitude hospitaleira que caracteriza o povo brasileiro.

O Sr. Francisco Gallotti — Se assim V. Ex.^a não agisse dessa forma, talvez estivesse sujeito a censuras.

O SR. DOMINGOS VELASCO — Muito obrigado a V. Ex.^a.

Teria realmente culpa para ser censurado, se houvesse feito qualquer discriminação na maneira de tratar as Delegações. É evidente que o Grupo Brasileiro teve maior atenção justamente para com aquelas Delegações que não tinham representação diplomática no Brasil, por isso mesmo recebemos uma carta muito atenciosa agradecendo as atenções que tivemos com a representação da Libéria na data de independência de seu País ocorrida no período da Conferência. O mesmo se verificou com a Delegação de Ghana.

Possuo ainda uma carta muito afetuosa da Delegação do Vietnã, agradecendo as gentilezas recebidas, além das manifestações unânimes, em Plenário.

Tudo isso comprova que soubemos cumprir com o nosso dever de anfitriões e se queixas pudessem ser feitas, seriam pela falta de compreensão de alguns jornalistas brasileiros que nos acusaram, sobretudo a mim pessoalmente, de forma até mesmo caluniosa, como aconteceu com o Diretor de um vespertino que afirmou no seu artigo que eu recebera até auxílio, em dinheiro, de governos estrangeiros. Evidentemente não contesto semelhante afirmativa. Minha dignidade pessoal e o conhecimento que o Senado e a Nação Brasileira têm de minha honestidade dispensam-me de quaisquer comentários.

Verifica-se, no entanto, que não fora a atitude firme do grupo brasileiro, pela vontade desses folclóricos, transformaríamos a Conferência Interparlamentar em uma rinha de galos, na qual os insultos seriam livremente trocados.

Sr. Presidente, prestando essas informações à Casa, transmi to ao grupo brasileiro os elogios que, em correspondência pessoal, me foram dirigidos.

Essas, Sr. Presidente, as declarações que desejava fazer, neste instante. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

— Continua a hora do Expediente. Tem a palavra o nobre Senador Mourão Vieira, segundo orador inscrito.

O SR. MOURÃO VIEIRA:

— Sr. Presidente, desisto da palavra.

O SR. PRESIDENTE:

— Tem a palavra o nobre Senador Abelardo Jurema, terceiro orador inscrito.

O SR. ABELARDO JUREMA:

— Sr. Presidente, desisto da palavra.

O SR. PRESIDENTE:

— Tem a palavra o nobre Senador Públio de Mello, quarto orador inscrito.

O SR. PÚBLIO DE MELLO:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, Membros da Comissão de Educação e Cultura desta Casa do Congresso Nacional, senti-me no dever de ocupar a tribuna do Senado, para congratular-me com os juristas de todos os ramos da Pátria, pelo transcurso da data que instituiu os cursos jurídicos em nosso País.

Era a aspiração da mocidade brasileira que mais tarde, ou mais cedo, ter-se-ia de converter em realidade.

O ideal de dotar o Brasil de escolas de instrução superior pairava na consciência da nacionalidade. Os inconfindentes mineiros não o esqueceram. Antes, o incluíram no seu alevantado programa de libertação de nossa Pátria dos laços que, a prendiam à metrópole portuguesa.

Frustrada a conspiração, a insidia do perjurio, que golpeou para sempre, a figura imortal de Tiradentes, protomártir da independência, cuja grandeza cívica resplandece através dos tempos, deixou o Brasil de possuir a Universidade de Vila Rica, com que sonharam os patriotas da independência.

Mas a idéia da libertação não arrefeceu, por haver abortado a conspiração. Ela triunfante em 322. Conquistamos a emancipação política.

Continuávamos, no entretanto, subordinados intelectualmente a Portugal, dada a inexistência no Brasil de Escolas de ensino superior, nas quais a mocidade pudesse cultivar as ciências, as letras, as artes.

Era para a Universidade de Coimbra que acorriam estudantes brasileiros, ansiosos de se especializarem nos diferentes ramos do saber. Somente aos poderosos da fortuna seria possível atingir os estudos universitários. Poucos eram os que podiam encaminhar-se às Universidades estrangeiras. Esse grave inconveniente haveria de ser sanado como foi, para a nossa glória, pelo ato do governo imperial que veio completar a nossa emancipação. Tivemo-lo com a Lei de 11 de agosto de 1827, que criou os dois cursos jurídicos de São Paulo e Olinda.

Constituiu esse ato relevante serviço que o Brasil ficou a dever à magnanimidade do Imperador Pedro Primeiro.

Por demais acertada foi a indicação daquelas cidades, para o estabelecimento das duas primitivas Faculdades de Direito.

É o que acentua Clovis Bevilacqua, nos seguintes termos:

"A escolha, realmente era felicíssima. Em primeiro lugar, atendia à grande divisão do País que é, ao mesmo tempo, geográfica e sociológica: o Norte e o Sul. Dentro da unidade étnica e política do Brasil, há que atender-se a essa dualidade determinada pelo meio físico, pela formação da raça, pelos gêneros de cultura adotados, pelas tradições históricas. Em segundo lugar, em cada uma dessas divisões foi escolhido ponto muito adequado a desenvolver qualidades próprias da raça. É o intercâmbio das elaborações do Norte e do Sul deveriam, necessariamente, contribuir, muito vantajosamente, para a unidade moral do organismo político. Pernambuco representa, principalmente, as tradições liberais, o intenso amor da Pátria (a guerra holandesa, os movimentos de 1710, 1817 e 1824); São Paulo é o espírito de organização política, e de atividade econômica; é a pátria de Alexandre e Bartolomeu de Gusmão, dos bandeirantes, dos Andradas; deu a orientação mais conveniente ao movimento da independência e é hoje a mais rica e industrializada porção da terra brasileira".

O que significou para o nosso País a criação dos cursos jurídicos está na consciência de toda a Nação.

Tanto a Faculdade de Direito de Pernambuco, como a de São Paulo, constituíram os dois maiores centros culturais do Brasil.

Por essas Academias, transitaram os grandes vultos que contribuíram com as luzes do Direito, para o engrandecimento de nossa Pátria. Estadistas, parlamentares, juristas, magistrados, advogados, diplomatas, professores, jornalistas, todos tiveram, ali, pouco tempo, a brilhante formação que lhes deram as Faculdades de Direito de Recife e São Paulo.

Trata-se, portanto, de notável acontecimento, que tanto contribuiu para a nossa existência, como nação independente, não podendo, assim, passar despercebido desta Casa, onde tantos ilustres cultores da ciência de Justiniano.

E, por isso, Senhor Presidente, que vim ocupar a tribuna, em reverência à data magnífica, e aos grandes construtores da nacionalidade, limitados pela ciência do Direito versada em S. Paulo e Olinda. (Muito bem; muito bem. Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

— Não há outros oradores inscritos.

O SR. FRANCISCO GALLOTTI:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Francisco Gallotti.

O SR. FRANCISCO GALLOTTI:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, nobres Senadores, acabo de receber de Santa Catarina, o Estado que tenho a honra de representar nesta Casa, uma correspondência que tem tanto de triste que me pareceria melhor o silêncio.

Entretanto, cumpro um dever ocupando a atenção dos Srs. Senadores por alguns momentos.

O jornal de Belo Horizonte, "Diário de Minas", na sua coluna política, sob o título sugestivo — "Deslumbre" — escreve o seguinte:

O "Diário de Minas", na segunda-feira, promoveu uma enquete entre figuras de destaque da vida política mineira e parlamentar sobre a morte de Nereu Ramos. Foi feita a cada uma a seguinte indagação: "Como V. Ex.^a recebeu a notícia do trágico desaparecimento do Senador Nereu Ramos? Politicamente o que representa para a Nação este lutooso acontecimento?"

Todas as personalidades ouvidas, mesmo os adversários do ex-Presidente da República, ressaltaram as suas virtudes de homem austero e estadista típico de uma geração. Houve uma resposta destoante, a do Deputado Carlos Faria Tavares, hoje pertencente ao Partido Democrata Cristão. Foi uma resposta chocante e que o "Diário de Minas", em respeito à memória do Senador tragicamente desaparecido, não quis publicar junto com os demais pronunciamentos.

Fazemo-lo hoje, constrangidos, e em razão da insistência do Sr. Carlos Tavares em ver sua opinião em letra de fôrma.

Diz o Sr. Carlos Tavares, respondendo à indagação do nosso repórter de como recebeu a notícia da morte de Nereu Ramos: "Com satisfação. Ele desapareceu em um desastre menor do que aquele que vitimou a Nação em 11 de novembro. O P. S. D. perdeu o seu venerado herói e o General Lott ficou sem uma das marionetes que participaram do teatro oficial que ele inaugurou com a novembroada."

O Sr. Gaspar Velloso — Dá licença para um aparte? — (Assentimento) — Parece-me que Vossa Excelência já se referiu ao Partido que pertence esse Deputado, mas queria repeti-lo, por favor?

O SR. FRANCISCO GALLOTTI — Diz que, atualmente, pertence ao Partido Democrata Cristão, o que mostra que já foi de outra agremiação. E' desses que andam por aí ocando camisa.

O Sr. Gaspar Velloso — Muito gracedido.

O SR. FRANCISCO GALLOTTI — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o que aqui está escrito, proferido por um representante do nobre povo de Minas Gerais na Assembléia Legislativa, é tão triste, tão vergonhoso, lamentável que a tribuna do Senado não deveria ser ocupada para latar fatos dessa natureza.

Acontece, porém, que lá na minha terra houve uma reação contra esse epulato de Minas Gerais, manifestada, principalmente, através de algumas poucas palavras, publicadas no jornal que defende o Partido Social Democrata em Florianópolis da lavra do brilhante jornalista Rubens de Arruda Ramos, que passo ler.

PAI, PERDOAI-LHE

Rubens de Arruda Ramos.

Como que apostrofando o raio que, em Nereu Ramos, cortara o tronco poderoso e desfizera a sombra protetora, Lourival Fontes, da tribuna do Senado, a 18 de junho último, exclamava melancolicamente:

"Quanta erva brava, quanta planta daninha, quanto cipó malicioso vicejam e florescem na nossa baixa, insignificante e medíocre vida política".

No dia seguinte, um lamentável deputado à Assembléia Legislativa de Minas Gerais, esboçando-se dentro da triste verdade dessas palavras, nelas vinha definir-se e realizar-se.

Não mencionaremos seu nome, que não queremos borrões em nossas colunas.

Contaremos, apenas, que solitado pelo prestigioso Diário de Minas a depor de como recebera a notícia da morte de Nereu Ramos, respondeu que com satisfação!

E disse outras sandices, bitoladas pela sua orgânica estupidez.

O grande órgão da imprensa mineira, como era natural, não quis dar letra de forma aos coices e ornejos do zebroide.

Mas a boçalidade e a crenitice, no geral, são dinâmicas e complexadas. E o herostratismo do imbecil exigiu a divulgação que, afinal, foi feita, ressalvado o constrangimento do jornal.

A existência de um mentecapto desses, por aí afora, não surpreende. As infra-estruturas sociais e morais formam-se à base desses tipos.

O que espanta é sabê-lo representante no legislativo estadual, do povo montanhês, tão opulento de nobres tradições, tão permanente em demonstrações de cultura, tão enraizado de sentimentos cristãos, tão justamente admirado pelo seu alto nível espiritual e, sobremaneira, tão perdulariamente rico de solidariedade humana.

O que estarrece é que um Partido, como o Democrata Cristão, consinta em ter sua gloriosa legenda emporcalhada por um sacripanta dessa formação mental.

Monsenhor Arruda Câmara, como presidente do P. D. C. e como sacerdote, está na obrigação de pegar do pobre diabo, esvurmar-lhe o cérebro, dar-lhe noções abecedárias do Catecismo e batizá-lo. E depois de fazê-lo membro da cristandade, ensinar-lhe os serviços que Nereu Ramos prestou à Pátria e à Religião. Dar-lhe a ler o discurso que em nome do Partido Democrata Cristão proferiu na Câmara. Informar-lhe que os próprios e mais renitentes adversários do grande catarinense já lhe fizeram a justiça de reconhecer, como ponto culminante da carreira limpa e luminosa, a salvação do poder civil e da Democracia, em 11 de novembro.

Recebendo as águas lustrais talvez o safardana passe a ruminar o que diz, para não comprometer a agremiação em que milita e para não envergonhar a religião que se sublima no diliges proximum tuum sicut te ipsum, que prega, no Pai Nosso, o perdão aos devedores e que, ao homem, feito à imagem e semelhança do Criador, não permite comprazer-se com a desgraça e o sofrimento alheios.

Com as luzes do Espidito Santo, o beócio talvez alcance, no seu conteúdo moral, o constrangimento que levou a um órgão da imprensa da sua terra; talvez perceba o quanto degradou um mandato; talvez pese a traição cometida contra os dons cavalheirescos e as virtudes mineiras do eleitorado que lhe confiou a representação.

Se ainda puder envergonhar-se da miséria que disse, terá a infinita piedade dos catarinenses, que pedem a Deus que o perdoe, sob o fundamento divino de direito adquirido por pobre de espírito...

Sr. Presidente, como representante do povo de Santa Catarina nesta Casa, subscrevo as palavras do jornalista Rubens Arruda Ramos e faço votos para que esse Deputado, num momento de paz, em sua consciência, veja o erro que cometeu e jamais o repita. (Muito bem! Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente.

O SR. FREITAS CAVALCANTI:

Sr. Presidente, a Rádio Jornal do Brasil completou ontem vinte e três anos de serviços ao País.

Desejamos assinalar a efusão com que saudamos tão largo período de permanente e luminosa contribuição à cultura brasileira.

A Rádio Jornal do Brasil veio confirmar e prolongar no tempo a extraordinária tradição do próprio Jornal do Brasil.

Em nome da Bancada da União Democrática Nacional, do Partido Libertador e ainda do Partido Trabalhista Brasileiro, por sugestão, que, neste momento, recebo de seus Líderes venho trazer as nossas mais vivas congratulações com a diretoria daquela emissora.

Temos lutado constantemente pela liberdade da radiodifusão, no Brasil, por entendermos que ela se inclui entre as prerrogativas essenciais à sobrevivência do próprio regime democrático.

Consideramos a Rádio Jornal do Brasil um elemento poderoso a serviço dos ideais da liberdade da Democracia em nossa terra.

O Sr. Gaspar Velloso — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. FREITAS CAVALCANTI — Com muito prazer.

O Sr. Gaspar Velloso — O Partido Social Democrático associa-se à justa e merecida homenagem que Vossa Exa. presta à Rádio Jornal do Brasil. Como o nobre colega afirma que é partidário da liberdade da Imprensa, é oportuno salientar que meu Partido também é por essa liberdade dentro das restrições normais e naturais que garantem a sobrevivência do regime e das instituições democráticas. Na qualidade de Vice-Líder da Maioria, congratulo-me com aquela radiomissora, a qual, durante o curso de sua existência, tem sabido utilizar os elementos que a ciência pôs ao seu alcance como valioso veículo da educação do povo para o bem da Pátria.

O SR. FREITAS CAVALCANTI — Sr. Presidente, as palavras proferidas pelo eminente Sr. Gaspar Velloso, em nome do Partido Social Democrático, confirmam o juízo que emitimos a respeito dos inestimáveis serviços prestados pela Rádio Jornal do Brasil à cultura nacional.

Nutro a esperança de que, através das emissoras brasileiras, possamos tornar cada vez mais viva a prática de princípio fundamental do regime — a liberdade de palavra, a liberdade de pensamento.

O Sr. Mourão Vieira — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. FREITAS CAVALCANTI — Ouço com prazer o aparte de Vossa Exa.

O Sr. Mourão Vieira — Com alegria para todos nós do Partido Trabalhista Brasileiro, tivemos a honra de ouvir a palavra de V. Exa. inclusive do meu Partido. Agora, já falo em nome da Bancada amazônica, toda constituída de elementos do Partido Trabalhista Brasileiro, que se sente honrada de ter sido sua idéia interpretada por V. Exa. nesta Casa; portanto, todos os nossos aplausos à Rádio Jornal do Brasil, que é, na realidade, uma estação que se dedica especialmente à cultura do povo.

O Sr. Públio de Mello — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. FREITAS CAVALCANTI — Ouço, com satisfação, o aparte do nobre Senador Públio de Mello.

O Sr. Públio de Mello — Peço a V. Exa. que se digne juntar à brilhante oração que está pronunciando, a solidariedade da Bancada maranhense. A Rádio Jornal do Brasil nesta data, enviamos nossos aplausos, porque se trata de um órgão liberal, propugnador da nossa cultura.

O SR. FREITAS CAVALCANTI — Vê V. Exa., Sr. Presidente, que é o Senado que se associa à Rádio Jornal do Brasil.

Todos reconhecemos na radiodifusão um dos melhores instrumentos de que se utiliza o homem nos nossos dias, a serviço da cultura e da democracia.

E' por isso, em nome desses princípios, que saudamos a admirável contribuição que a Rádio Jornal do Brasil, durante mais de vinte anos tem trazido ao desenvolvimento de nosso patrimônio artístico e cultural.

Estendo, essa saudação à sua Diretoria, sem esquecer uma palavra ao seu fundador, o Conde Pereira Carneiro, e também a toda equipe de técnicos e trabalhadores daquela emissora.

Ao saudar a liberdade de voz tão tradicional na vida brasileira, estamos, por igual, preservando o próprio destino do regime democrático no País. (Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas).

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do Expediente. (Palmas).

A Ordem do Dia é Trabalho das Comissões.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão. Designando para a de amanhã, a seguinte.

ORDEM DO DIA

TRABALHO DAS COMISSÕES

Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 15 horas e 25 minutos.

GABINETE DO SENHOR
1.º SECRETÁRIO

PORTARIA N.º 25, DE 1958

O 1.º Secretário dispensa do ponto, no período de 4 a 18 do corrente, nos termos do art. 33, da Resolução número 4, de 1955, por motivo de serviço externo do Gabinete do 4.º Secretário, o Redator PL-6, Alcino de Abreu Filho.

Secretaria do Senado Federal, em 4 de agosto de 1958. — Senador Freitas Cavalcanti — 1.º Secretário em exercício.

SECRETARIA DO SENADO
FEDERAL

ATOS DO DIRETOR GERAL

O Diretor Geral, por despachos de 7 do corrente, deferiu os seguintes requerimentos:

— n.º 109, de 1958, em que Maria Thereza Magalhães Motta, Auxiliar Legislativo, classe "J", solicita, conforme certidão apresentada, alteração de seu nome para Maria Thereza Motta Igrejas Lopes.

— n.º 111, de 1958, em que Thêmis Garcia de Lacerda, Auxiliar Legislativo, classe "J", solicita constar de seus assentamentos individuais:

I. habilitação em concurso público para Escriturário do Serviço Público Federal e,

II. elogios que lhe foram feitos pelo Chefe da 3.ª Divisão do Gabinete do Exmo. Senhor Ministro da Guerra.

Secretaria do Senado Federal, em 8 de agosto de 1958. — Ninon Borges Seal — Diretora do Pessoal.